

Chegamos ao quarto e último número de *Educação e Pesquisa* para 2012. São treze artigos que procuramos agrupar menos em razão de suas temáticas e mais em virtude das problematizações neles indicadas. Num primeiro bloco, estão trabalhos que remetem a políticas públicas de educação em suas dimensões de gestão escolar, currículo e participação social mais ampliada. Num segundo bloco, textos relativos ao ensino superior discutem questões como produção acadêmica, prática docente universitária e concepções de conhecimento. Na sequência, agrupamos um conjunto de artigos que, ao abordarem problemas mais diretamente vinculados ao espaço escolar e ao cotidiano da escola, oferecem subsídios para as práticas pedagógicas, em particular no que se refere à temática da educação especial. Encerramos o número com um artigo que se volta para uma experiência singular e mais distanciada no tempo, relativa às escolas anarquistas da cidade de São Paulo no início do século XX. De certa forma, esse texto serve como contraponto aos demais ao indicar outros projetos escolares que estiveram historicamente em jogo.

O primeiro artigo desta edição traz importante síntese e análise da política pública educacional paulista a partir de 1996. Para sua escrita, Maria José da Silva Fernandes debruçou-se sobre ampla documentação legal e centrou seu foco nas reconfigurações da figura do professor coordenador pedagógico, marcando uma diferença significativa entre antigas tradições vinculadas a esse sujeito – mais ligadas à autonomia e à articulação pedagógicas – e as novas concepções, submetidas à lógica empresarial que orienta as ações do governo do Estado de São Paulo há mais de vinte anos. *O professor coordenador pedagógico nas escolas estaduais paulistas: da articulação pedagógica ao gerenciamento das reformas educacionais* procura olhar para a questão tanto do ponto de vista interno, da unidade escolar, quanto em conjunturas mais amplas de avanço de uma perspectiva neoliberal de educação no Ocidente, particularmente no Brasil. Recupera, ainda, a visão dos sindicatos da categoria, em especial da APEOESP (antiga Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, hoje Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) sobre as diretrizes emanadas pela Secretaria de Estado de Educação e sobre o papel do coordenador pedagógico. A crítica está centrada na ambiguidade das medidas oficiais, que, simultaneamente, consideram antigas reivindicações do magistério público oferecendo-lhes, contudo, novos contornos. A hipótese central da autora é a de que as sucessivas resoluções, desde 1996 até 2010, alteraram profundamente o lugar do professor coordenador pedagógico na escola, afastando-o das possíveis e bem-vindas articulações pedagógicas para o terreno da fiscalização, da otimização de recursos e da gestão dos indivíduos. Destacamos, por fim, o fato de que a autora, ao denunciar o caráter *gerencialista e performático* dessas reformas, desconfia de sua plena eficiência indicando o fazer cotidiano da escola como espaço para resistências.

O artigo seguinte, *Participação da comunidade educativa na gestão escolar*, oferece contribuições para a reflexão sobre políticas públicas de educação a partir de uma perspectiva de além-mar. As autoras – Luísa Veloso, Daniela Craveiro e Isabel Rufino –, ligadas ao Centro de Investigações e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa, iniciam o texto com uma discussão de caráter sociológico sobre a escola como organização e destacam que há forte relação entre o aprimoramento dessa organização e o sucesso escolar. O artigo foi escrito a partir da análise dos relatórios de avaliação externa de cerca de trezentas escolas portuguesas, entre os anos de 2006 e 2009, agrupadas em três grandes categorias: organizações escolares inovadoras, organizações escolares tradicionais e organizações escolares difusas, caracterizadas como escolas marcadas por maior instabilidade do corpo docente e penúria material dos alunos, embora com boas práticas eventuais de participação da comunidade educativa em sua gestão. No decorrer do texto, há uma questão de fundo sobre as relações nem sempre harmoniosas entre as medidas legais prescritas pelos gestores dos sistemas escolares e a diversidade de realidades escolares às quais tais medidas se aplicam. Pela análise dos relatórios e pela demonstração dos resultados de avaliação em tabelas, as autoras sinalizam para deslocamentos na relação entre Estado, professores, alunos e seus familiares: se, num passado recente, essa equação pendia mais para a aproximação entre os dois primeiros atores e para um afastamento em relação ao terceiro, as novas políticas implantadas pelo Ministério da Educação português nos anos recentes tendem, na análise feita, a uma aproximação mais forte entre Estado e comunidade educativa, conceito que abarca tanto os atores estritamente escolares quando aqueles situados nos extramuros da escola. Outras polêmicas atravessam o artigo, tais como a privatização do ensino público pela participação da iniciativa privada, seja na forma da oferta de recursos, seja pela orientação dos estudos, a resistência dos professores a novos mecanismos de avaliação do trabalho docente e os diferentes níveis de participação que envolvem desde a presença da comunidade em eventos escolares específicos até a consolidação de instâncias de representação com poder decisório. Por tudo isso, o texto ajuda a pensar nas dificuldades que enfrentamos no sentido da construção de uma escola democrática.

Em *Políticas públicas, juventude e desigualdades sociais: uma discussão sobre o ProJovem Urbano em Belo Horizonte*, terceiro artigo desta edição, Geraldo Leão e Symaira Poliana Nonato investigam as expectativas de jovens marcados pela exclusão social em relação à escola. Por meio de análise qualitativa centrada nas experiências de alunos que participam do programa em questão, os autores recuperam vivências dolorosas de juventude e uma visão da experiência escolar atrelada basicamente à certificação final. O programa analisado – ProJovem Urbano, Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária no município de Belo Horizonte – é uma iniciativa do Governo Federal em parceria com Estados e municípios destinada a jovens entre 18 e 29 anos que não possuem o ensino fundamental completo, visando à conclusão desse nível de ensino, à qualificação profissional e à ação comunitária. O artigo divide-se em três momentos que procuram, respectivamente, traçar o perfil socioeconômico desses jovens, recuperar suas experiências anteriores de escolarização e trabalho e, por

fim, levantar e analisar suas expectativas de futuro, consideradas fundamentais para o bom encaminhamento de políticas públicas de educação que pretendam combater desigualdades sociais. Os autores esclarecem que, embora exista grande variedade interna de experiências, os jovens que procuram o programa geralmente pertencem às classes populares e são marcados pela condição de pobreza; em relação à escola, compartilham malsucedidas trajetórias repletas de episódios de repetência e evasão, ainda que por motivos que variam do ingresso precoce no mundo trabalho ao desinteresse pela escola e pelo conhecimento ali produzido. Em relação às expectativas de futuro, os autores indicam a complexidade de uma inclusão que se faz menos pela vontade de conhecimento e mais pela necessidade de certificação, agravada pela contradição evidente entre as promessas da escolarização e a realidade dos mercados de trabalho. Os alunos que participam do programa encaram a escola, portanto, de modo bastante instrumental, submetida a outros interesses mais amplos que vão desde a responsabilidade com o sustento dos filhos até o sonho de cursar uma universidade. Trata-se, assim, de uma contribuição valiosa ao estudo das políticas públicas de educação de jovens e adultos, já que adota uma perspectiva mais biográfica de análise e defende a valorização da experiência desses jovens no planejamento e na execução de programas educativos a eles destinados.

O próximo trabalho, de autoria de Luiz Antônio Cunha e Vânia Fernandes, discute a questão do ensino religioso nas escolas públicas e dos debates que a envolveram por ocasião da tramitação do projeto de *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, entre 1948 e 1961, data de sua promulgação. Retomando propostas de emendas ao texto legal, os autores mostram os embates entre grupos defensores do ensino religioso nas escolas públicas – naquele momento, majoritariamente católicos – e grupos favoráveis à educação pública laica. O *Diário do Congresso Nacional* foi a fonte escolhida para a compreensão de novas dimensões daquele embate, em especial, para o estudo de uma limitação legal ao ensino religioso nas escolas públicas, limitação esta consubstanciada na redação final de um dos artigos da LDB de 1961, que estabelecia que tal ensino não acarretasse ônus para os cofres públicos. Para além do conhecimento específico das lutas no período proposto, o texto intitulado *Um acordo insólito: ensino religioso sem ônus para os poderes públicos na primeira LDB* está pleno de subsídios para a reflexão diacrônica sobre essa temática tão marcante em termos da história da educação brasileira e ainda hoje em pauta, mesmo que com novas facetas e diante da emergência de outros grupos religiosos no país.

Incluimos ainda nesse primeiro eixo das políticas públicas um texto que indiretamente as tangencia: *O campo de pesquisa em etnomodelagem: as abordagensêmica, ética e dialética*. Tal opção justifica-se porque, ao tratar de aspectos culturais do conhecimento, os autores acabam por propor alterações curriculares, especialmente no ensino de matemática. Escrito por Milton Rosa e Daniel Clark Orey, o artigo apresenta uma análise inovadora para o campo da pesquisa em etnomodelagem, valorizando os processos e sentidos atribuídos ao conhecimento por grupos culturais distintos. Os autores procuram um caminho possível para o diálogo entre diferentes tipos

de conhecimento, sem submeter suas formas culturais à forma acadêmica, mas indicando alternativas para um fecundo diálogo. O título do artigo apresenta-se de fato como uma síntese da proposta, uma vez que enfatiza a necessidade de pensar a produção de conhecimento e seu ensino numa tripla dimensão: a dimensãoêmica, de dentro, numa perspectiva etnográfica; a dimensão ética, definida como a visão do outro, no caso, o universo acadêmico; e, por fim, a dimensão dialética, num diálogo entre as duas anteriores em que não há espaço para hierarquizações. Como questão de fundo, há uma visão cultural da própria matemática e um esforço em compreendê-la para além dos padrões e das fórmulas mais convencionais. A matemática é aqui pensada, concomitantemente, como prática cultural e como ciência, valorizando-se os enriquecimentos recíprocos que a dialética entre essas duas abordagens pode oferecer. Além de importante discussão sobre a literatura a respeito da etnomatemática e da etnomodelagem, o artigo procura comprovar a pertinência dessa abordagem a partir do estudo da construção da cabana Tipi pelos índios Sioux, nos Estados Unidos, evidenciando toda a complexidade do cálculo que, intuitivamente, aquele grupo teve de elaborar para produzir um tipo de moradia que suportasse as condições climáticas das planícies norte-americanas. Por extensão, o trabalho ajuda a pensar sobre o ensino de matemática e, talvez, sobre algumas das razões de seu fracasso, salientando a necessidade de valorização de outras formas de produção de conhecimento matemático como caminho para uma educação matemática mais profícua.

O grupo seguinte de artigos caracteriza-se por abordar mais diretamente o nível superior de ensino em três vertentes: a produção acadêmica, a prática docente e as concepções de conhecimento e natureza. *Investigación en la practica docente universitaria: obstaculos epistemologicos y alternativas desde la Didactica General Construtivista*, a partir da perspectiva da didática geral, aborda um tema instigante que tem ocupado lugar crescente no campo educacional: a docência universitária. A reflexão é feita por dois pesquisadores colombianos, Julio César Tovar-Gálvez e Germán Antonio García Contreras, da Universidad Antonio Nariño, por meio de ensaio teórico que parte da posição de que a ação docente universitária, geralmente praticada por especialistas da área sem formação pedagógica, necessita de fundamentação teórico-didática para seu exercício. Tal postura, mais facilmente defendida em tese do que na prática, apontaria para a necessidade de se investir em processos de formação ao longo da vida direcionados aos docentes universitários. O texto argumenta que a postura construtivista seria uma alternativa efetiva para favorecer a construção de conhecimento nessa área.

Em *As universidades federais mineiras estão-se tornando mais desiguais? Análise da produção de pesquisa científica e conhecimento (2000-2008)*, Tulio Chiarini e Karina Pereira Vieira apresentam os resultados de uma pesquisa que se insere no campo das políticas públicas, especialmente na esfera da avaliação da universidade pública brasileira em relação à produção na área de ciência, tecnologia e inovação. O estudo se refere especialmente às instituições federais de ensino superior de Minas Gerais a partir da constituição de dois grupos assim divididos para efeito de análise: “um grupo classificado como *relativamente mais expressivo na produção*

*de conhecimento científico* (constituído pela UFMG e pela UFV) e outro classificado como *relativamente menos expressivo na produção de conhecimento científico* (constituído pelas demais instituições de ensino superior federais de Minas Gerais, ou seja, CEFET/MG, UFJF, UFLA, UFOP, UFSJ, UFTM, UFU, UFVJM, UNIFAL e UNIFEI)”. A partir dessa divisão hipotética entre dois grupos, os autores verificam “a trajetória de estreitamento/afastamento entre os agentes que os compõem no que se refere a alguns indicadores básicos de produção de conhecimento: a) grupos de pesquisa por universidade; b) pesquisadores por universidade; e c) publicações por universidade”. Trata-se de um estudo de vertente quantitativa que se utiliza do índice de desigualdade T de Theil, cujo referencial teórico metodológico origina-se no campo da economia e da estatística, sendo mais incomum nos estudos educacionais. Nesse sentido, a decisão em publicar esse trabalho revela o propósito de nossa revista em trazer contribuições de modos de pensar e produzir conhecimento de áreas correlatas.

No artigo seguinte, pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro investigam as visões de *natureza* por parte de profissionais do campo da biologia e da física, relacionando as diferenças encontradas tanto à formação profissional quanto a aspectos outros da vida social para além do acadêmico, vinculados a diferentes compromissos sociais e concepções de mundo. Os autores revelam, ainda, sua preocupação na direção de compreender como esses diferentes sentidos de *natureza* atravessam a formação dos futuros professores e podem implicar propostas diversas de educação ambiental. Por meio do que denominam *análise do discurso do sujeito coletivo*, Carolina Lima Alves Belo, Eliane Brígida Morais Falcão e Flávio Silva Faria trabalharam com entrevistas semiestruturadas e com questões bastante diretas que iam desde a definição de natureza pelo sujeito entrevistado, até suas eventuais crenças e práticas religiosas. Os resultados indicam profundas diferenças em termos das representações de ciência que se desdobram para os aspectos ligados à formação docente. Em busca de uma síntese, os autores constatarem que, para os físicos, há uma dimensão filosófica de análise bem mais contundente do que para os biólogos; estes, por sua vez, tenderiam a uma atitude mais empirista e menos *teorizante* do que os físicos, condição que também poderia ser compreendida pelo fato de a educação ambiental ser mais acentuada na formação em biologia. Sem realizar quaisquer julgamentos ou valorações acerca das representações obtidas, o artigo *Processos da vida, processos da matéria: os diferentes sentidos de natureza entre biólogos e físicos* acaba por tratar das relações entre sujeito e objeto do conhecimento, história do pensamento científico e formação de professores. O artigo pode ser lido como um *signal dos tempos*, uma vez que, escrito por cientistas *naturais*, volta-se não aos objetos tradicionais, mas aos sujeitos produtores de conhecimento em suas múltiplas dimensões de vida, numa perspectiva da cultura e da experiência, portanto.

O terceiro conjunto de artigos é composto por quatro trabalhos que oferecem subsídios para reflexão sobre a prática pedagógica. Três deles são de autores que direta ou indiretamente vinculam-se à área de educação especial, o que indica o empenho de *Educação e Pesquisa* em oferecer elementos conceituais e práticos aos pesquisadores e

educadores que se dedicam a um campo em franca expansão e de relevância social incontestável. Não por acaso, a maioria dos pesquisadores desse bloco tem formação em psicologia ou trabalha em programas de pós-graduação na área.

O primeiro artigo desse grupo, intitulado *Potenciais dificuldades e facilidades na educação de alunos com deficiência intelectual*, de Daisy Cléia Oliveira dos Santos, origina-se de ampla pesquisa bibliográfica sobre a deficiência intelectual com o objetivo de angariar informações relevantes, de cunho conceitual e instrumental, relativas à temática. A autora parte de cuidadosa revisão terminológica de conceitos tradicionalmente utilizados na área, tais como deficiência e déficit, para discutir suas implicações no que diz respeito aos âmbitos cognitivo, comportamental, emocional e social com vistas a orientar e “potencializar o trabalho educacional geral junto ao aluno com deficiência intelectual”. O texto pode vir a ser um instrumento importante na atualização dos professores da área de educação especial, uma vez que bem harmoniza a análise crítica da bibliografia sobre a questão com aspectos práticos ligados à inclusão.

O artigo que se segue, *La percepción social hacia las personas con síndrome de Down: la escala EPSD-1*, é fruto da colaboração entre três pesquisadores europeus vinculados às Universidades de Murcia, Espanha, e do Porto, Portugal. Jesús Molina Saorín e Mónica Vallejo Ruiz, da Universidade de Murcia, e Rui Manuel Nunes Corredeira, da Universidade de Porto, apresentam à comunidade acadêmica uma escala original para a abordagem da percepção social que estudantes universitários – no caso, graduandos de educação física – têm sobre pessoas com síndrome de Down. O artigo oferece ao leitor a possibilidade de acompanhar toda a análise teórica subjacente ao processo de construção dessa nova escala e intenciona influenciar tanto a formação dos futuros licenciados em educação física quanto suas visões em relação às pessoas com deficiência mental.

O terceiro trabalho do bloco foi produzido no âmbito do Programa de Pós Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos. No artigo *Motivação de alunos do ensino fundamental: relações entre rendimento acadêmico, autoconceito, atribuições de causalidade e metas de realização*, as pesquisadoras Melissa Picchi Zambon e Tânia Maria Santana de Rose propõem-se a tomar a questão da motivação em suas relações sempre complexas com o rendimento escolar, este último objeto de estudo amplamente abordado pela psicologia escolar. Trata-se de um texto fruto de pesquisa quantitativa que se vale da aplicação de três instrumentos traduzidos e adaptados para a população brasileira, por meio dos quais se pretende caracterizar a motivação de um grupo de estudantes em termos do que consideram ser três dos principais aspectos cognitivos relacionados à motivação, a saber: autoconceito, atribuições de causalidade e metas de realização. O trabalho visa, ainda, identificar relações entre autoconceito, atribuições de causalidade, metas de realização e a obtenção de um rendimento alto, médio ou baixo na disciplina de português. As autoras foram responsáveis pela tradução e pela adaptação do instrumento de autodescrição utilizado. A complexidade das questões envolvidas na compreensão dos fenômenos em foco – relações interpessoais, rendimento escolar, autoconceito ou autoimagem – remete-nos ao clássico ensaio do mestre Dante Moreira Leite,

que nos mostra o quanto a descrição literária pode ser capaz de nos ensinar modos férteis, distintos daqueles de que tradicionalmente nos valem para compreender a sociedade e a vida na contemporaneidade.

O último artigo desse bloco, *Bater não educa ninguém! Práticas educativas parentais coercitivas e suas repercussões no contexto escolar*, tal como claramente indicado em seu título, aborda o tema importante e atual da violência doméstica, bastante oportuno em razão das discussões sobre a *lei da palmada*. Naiana Dapieve Patias, Aline Cardoso Siqueira e Ana Cristina Garcia Dias têm como objetivo abordar os “efeitos das práticas educativas coercitivas para o desenvolvimento da criança e do adolescente, buscando compreender sua influência no comportamento e na aprendizagem em ambiente escolar”. Trata-se de ensaio baseado em uma pesquisa bibliográfica que leva as autoras a afirmarem que “as estratégias coercitivas que se utilizam da força física para educar estão associadas a resultados negativos no desenvolvimento humano da criança e do adolescente, como comportamentos agressivos e baixa autoestima, constituindo-se em risco ao desenvolvimento saudável”. Entretanto, sabe-se que tais práticas são ainda bastante comuns, dado que compartilhadas socialmente, e tendem a ser consideradas *naturais* pelas famílias. O artigo pretende, desse modo, apresentar “formas de instrumentalizar os profissionais da educação para a identificação dos casos de uso de estratégias coercitivas e violência física na educação dos filhos, como também ações preventivas junto aos estudantes e à comunidade”. Inclui, ainda, discussão sobre a importância de o psicólogo escolar trabalhar em parceria com a escola em tal processo.

Este número se encerra com o artigo de Carmem Sylvia Vidigal Moraes, Tatiana Calsavara e Ana Paula Martins intitulado *O ensino libertário e a relação entre trabalho e educação: algumas reflexões*. As autoras recuperam a figura do professor João Penteado e de suas escolas libertárias na cidade de São Paulo entre os anos de 1912 e 1923, remetendo-nos assim a outro tempo – as primeiras décadas do século XX –, a outras experiências de educação escolar e a outros projetos, sociais e educativos. A partir de um conjunto de fontes primárias constituído por documentação escolar interna – como o *Boletim da Escola Moderna* – e periódicos da imprensa anarquista, elas dão a ver aspectos da presença libertária em São Paulo, ainda mais conhecida pelas ações ligadas ao movimento operário. O estudo da Escola Moderna Nº 1, entre 1912 e 1919, e da Escola Nova, entre 1920 e 1923, permite conhecer o esforço de um grupo heterogêneo de militantes na implantação de um projeto educativo mais igualitário. A existência dessas escolas libertárias por mais de dez anos, sua proposta de educação integral, racional e científica, bem como sua orientação política, colocam-nos questões que extrapolam o tempo limitado de sua existência concreta: certamente não é possível repetir o passado, nem recolocá-lo no tempo presente, mas conhecer outros projetos pedagógicos ajuda a pensar o sentido de nossa própria experiência. Há que se considerar, ainda, a importância do estudo de instituições escolares que, de alguma forma, estiveram à margem das iniciativas oficiais, embora dialogassem com elas. Apresentando outras possibilidades de escola e de ensino, o artigo recupera uma dimensão da utopia em tempos sombrios.

Iniciamos este número com um artigo que analisa criticamente as medidas adotadas pelo Governo do Estado de São Paulo na construção de uma política pública de educação pautada por valores e prescrições muito mais empresariais do que pedagógicos; encerramos com um texto que recupera a experiência de uma escola fundada em princípios de autogestão e pensada como justa. Entre eles, situam-se textos que sinalizam para novas práticas didáticas e formas de concepção do conhecimento, para a realidade do ensino superior no país hoje e para as múltiplas modalidades de inclusão escolar e social. Nada mal para uma revista cujos maiores objetivos são, simultaneamente e de forma imbricada, a divulgação da produção científica no campo da educação e a melhoria do ensino e da escola.

Denise Trento Rebello de Souza e Maria Angela Borges Salvadori